

**FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS.
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA**

MÁRIO LUIS DA CONCEIÇÃO RODRIGUES

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM LÍNGUA ESTRANGEIRA
MODERNA ESPANHOLA**

**ANÁPOLIS - GO
2009**

MÁRIO LUIS DA CONCEIÇÃO RODRIGUES

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM LÍNGUA ESTRANGEIRA
MODERNA ESPANHOLA**

Artigo apresentado a Faculdade Católica de Anápolis para obtenção do título de Especialista em Docência Universitária no curso de pós-graduação em Docência Universitária. Orientadora: Msc. Edna Silva Faria.

ANÁPOLIS – GO

2009

MÁRIO LUIS DA CONCEIÇÃO RODRIGUES.

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM LÍNGUA ESTRANGEIRA
MODERNA ESPANHOLA**

APROVADA EM: __/__/__. NOTA: _____

BANCA EXAMINADORA Orientadora: Professora Mcs. Edna Silva Faria

Professor (a) avaliador (a)

Professor (a) avaliador (a)

ANÁPOLIS - GO

2009

AGRADECIMENTOS

A Deus, Senhor e Criador de todas as coisas. A Ele que ilumina o meu caminho, toda honra e toda glória por esta vitória. A todos da minha família que souberam me compreender e me apoiar nos momentos mais difíceis.

A minha orientadora Mcs. Edna Silva Faria, pela paciência, compreensão e contribuição nos momentos de mais dificuldades na conclusão desta monografia. Aos professores e aos colegas de curso pela contribuição na construção de mais conhecimento em minha vida. Enfim, a todos que direto ou indiretamente contribuíram para esta conclusão.

“Ao invés de avaliar minhas aulas em termos de rendimento escolar, me perguntou, ao final delas, se meus alunos conseguiram viver mais felizes se o conhecimento apreendido lhe trouxe alguma nova alegria de viver, se eles sentiram saber em saber mais.”

RUBEM ALVES

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM LÍNGUA ESPANHOLA

*MÁRIO LUIS DA CONCEIÇÃO RODRIGUES

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar os problemas enfrentados por um professor de língua espanhola na cidade de Anápolis na rede estadual de ensino, tendo como foco uma possível solução para os problemas enfrentados em suas aulas. Discutir a formação de professores em Língua Espanhola, tendo em vista a implementação do MERCOSUL e a aprovação da Lei 11.161/2005, que estabelece a obrigatoriedade da língua espanhola nos currículos das escolas públicas e privadas do ensino médio, gerando a necessidade da formação de aproximadamente doze mil professores. Foi feito um estudo sobre: a história do ensino da língua espanhola no Brasil, a formação dos professores e a perspectiva sobre a aplicabilidade desta lei em todo território nacional. Foi usada como metodologia, a pesquisa de campo e bibliográfica. Como base para tal, Nilda Alves – formação de professor e João Sedycias – O Ensino do Espanhol no Brasil. Pode-se constatar que além da necessidade da formação de novos professores é preciso com urgência, de uma formação continuada para os que já atuam em sala de aula, para que esse ensino não tenha apenas uma obrigatoriedade de grade curricular, mas que também seja uma disciplina atrativa e que os discentes consigam enxergar essa necessidade para a vida profissional e na sua formação de cidadão.

Palavras- chave: Ensino do Espanhol. Formação do professor. Lei 11.161/2005.

RESUMEN

Esta pesquisa tuvo como objetivo, investigar los problemas enfrentados por un maestro de lengua española en la ciudad de Annapolis, en la red estadual de enseñanza, teniendo como foco una posible solución hacia los problemas enfrentados en sus clases. Discutir la formación de la maestría en lengua española, teniendo en vista la implementación del Mercosur y la aprobación de la Ley 11.161/2005, que establece la obligatoriedad de la lengua española en los currículos de las escuelas públicas y privadas en la enseñanza media, generando la necesidad de la formación de aproximadamente doce mil maestros. Fue hecho un estudio sobre; la historia de la enseñanza de la lengua española en Brasil, la formación de los maestros y la perspectiva sobre la aplicabilidad de esta ley en todo territorio nacional. Fue usada como metodología la pesquisa de campo y bibliográfica. Como base hacia tal, Nilda Alves – formación de maestros y João Sedycias – la enseñanza del español en Brasil. Pudo se constatar que, además de la necesidad de la formación de nuevos maestros es necesario con urgencia, de una formación continuada hacia los que ya actúan en sala de clase, para que esa enseñanza no tenga apenas una obligatoriedad de grade curricular, pero también sea una disciplina atractiva y que los alumnos consigan enxergar esa necesidad para la vida profesional y su formación de ciudadano.

Palabras llaves: Enseñanza del Español. Formación del maestro. Ley 11.161/2005

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo abordará o ensino da Língua Estrangeira Moderna Espanhola de uma forma geral desde o seu início de sua aprendizagem nas escolas brasileiras ao discutir o cenário sócio-político e educacional brasileiro no que concerne aos costumes e à cultura, às ações governamentais e aos conflitos educacionais que interferem na realidade do ensino desse idioma desde a Educação Infantil até o Ensino Superior na história do país.

A partir dos pressupostos teóricos estudados será apresentado nesse trabalho um breve histórico da língua estrangeira no Brasil, as legislações que envolveram a implementação desse ensino, a aprovação da mais recente legislação que traz como obrigatoriedade o ensino dessa língua em nossas escolas.

A nova lei nº11.161 que fora aprovada em agosto 2005 traz o ensino do Espanhol de caráter obrigatório para o Ensino Médio a partir de 2010 e poderá evidenciar a problemática na insuficiência de professores habilitados para o ensino desta. Por isso esse tema em estudo, com afimco de levantar a problemática da carência de profissional nessa área, e também traz como discussão a pouca oferta em licenciatura tendo como língua espanhola nas instituições de ensino de uma forma geral.

Outra problemática que será constatada é a conseqüente má receptividade da nova disciplina pelos discentes devido à possível falta de domínio linguístico e cultural dos docentes, o qual é inerente ao aprendizado e ao ensino de uma língua estrangeira.

Há um grande desinteresse por parte de muitos alunos e uma imensa dificuldade por parte de professores atuantes frente ao ensino da língua em questão, ao tentar adaptar métodos que os incentivem e faça com que o ensino da língua espanhola se deslanche com êxito e que, os discentes consigam vê-la como disciplina de grande importância para seu currículo de formação profissional e cidadã.

Dados levantados neste estudo revelam que o profissional que trabalha com o ensino dessa disciplina tem encontrado dificuldades na aceitação da mesma por grande parte dos discentes, pois o que foi constatado é que muitos alunos a veem como uma bagagem de aprendizado irrelevante e sem necessidade para suas formações, mas o Brasil vem tratando essa questão com grande importância há algum tempo. Como encontraremos citações sobre o ensino de línguas estrangeiras no PCN¹, na LDB² e sobre a obrigatoriedade do ensino do espanhol nas escolas brasileiras pela lei de nº 11.161/2005.

O ensino da língua estrangeira permite ao estudante aproximar-se de várias

culturas e, conseqüentemente, propiciam sua interação num mundo globalizado, daí a importância da formação de novos professores e formação continuada para os que já atuam no ensino. Além da falta de profissionais foi revelado que a falta de recursos didáticos também tem contribuído para a má receptividade desse idioma, com esses empecilhos, as aulas são monótonas e repetitivas, acabavam desmotivando o professor e o aluno; uma vez que, o ensino não conta com profissionais altamente capacitados e em condições de proporcionar verdadeira aprendizagem aos alunos. Nos dados coletados constatamos que as aulas muitas vezes são desestimulantes e fora de contexto na vida do discente.

Diante dessas dificuldades, o próprio PCN apresenta soluções, competências e habilidades a serem desenvolvidas na sala de língua estrangeira pelo profissional dessa área, porém, os nossos profissionais não têm sido formados ou capacitados para executar os segmentos dos parâmetros curriculares nacionais.

Os desafios são muitos, mas é fundamental que os professores desenvolvam as principais e necessárias habilidades no ensino a que se refere a ler, escrever, ouvir e falar. Portanto, é necessário que o docente empenha-se na elaboração de seu planejamento de aulas; apresentando objetivos definidos, claros e precisos dentro das três abordagens que são extremamente fundamentais para o desenvolvimento da aula: tradicional, humanista e comunicativa. Por essa necessidade de discussão, trouxemos como tema para este trabalho: a formação de professores em Língua Estrangeira Moderna Espanhola, pois é preciso fomentar esta idéia e difundi-la uma vez que é tão notória e necessária para a realidade da educação brasileira.

2. - HISTÓRICO DO ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA ESPANHOLA NO BRASIL

O ensino da língua estrangeira no Brasil foi introduzido pela primeira vez, com a criação do Colégio Dom Pedro II em 1837 no Rio de Janeiro. Para o contexto do ensino no Brasil da época, a fundação desse Colégio veio ocupar um espaço vazio que se havia produzido com a expulsão dos jesuítas com o Diretório do Marquês de Pombal. A saída dos jesuítas provocou uma desestruturação no ensino da elite, criando descontentamentos e descrença no novo. Outras ordens religiosas tiveram grande ascensão na época, mas ocuparam apenas parcialmente o espaço vazio deixado pelos jesuítas. Segundo Francisco Filho:

(...) para substituir o sistema de ensino anterior foi encontrada uma solução: a criação de aulas régias. Eram aulas avulsas financiadas através de um imposto colonial chamadas subsídio literário; o que não funcionou. Os impostos foram cobrados e poucas aulas foram dadas. (FILHO; 2001 p. 28)

Assim, a criação do Colégio Dom Pedro II foi produto – ainda que um pouco tardio se considerarmos a data de expulsão dos jesuítas, 1759, e a de fundação do colégio, 1837 – da necessidade provocada pelo Estado português com o Diretório.

A criação do Colégio fez com que as línguas estrangeiras entrassem, pela primeira vez, no currículo oficial das escolas do país e ocupassem uma posição análoga à dos idiomas clássicos ensinados. O Colégio Dom Pedro Dom Pedro II foi à primeira escola pública de nível médio, que passou a ser modelo para as demais escolas secundárias, instaurando seus programas curriculares baseados no modelo francês de educação, com aulas de francês, inglês e alemão nos últimos anos da escola secundária. “francês era ensinado por 7 anos, do primeiro ao sétimo ano, o inglês por 5 anos, do segundo ao último e o alemão, por 4 anos, do terceiro ao sétimo ano” (CELADA,1999, p. 71)

Podemos afirmar, portanto, que a criação do Colégio Dom Pedro II foi o germe do desenvolvimento da didática do ensino de línguas modernas no Brasil, inaugurando uma tradição que até hoje existe em muitas escolas do nosso país: a adoção de um modelo de educação, extensivo ao ensino de línguas estrangeiras, que não considera adequadamente a realidade brasileira para estabelecer suas diretrizes, mas simplesmente copia um modelo europeu, no caso da época, o francês. (CELADA, 1999, p. 82)

Já a influência da língua espanhola, no sistema educacional oficial no Brasil, remonta os últimos cento e vinte anos, em especial o período entre 1888 a 1930 onde

(...) mais de quatro milhões de imigrantes espanhóis ocuparam as terras das regiões Sul e Sudeste em conseqüência das graves crises econômicas que acometiam a Espanha desde meados do século XIX. No entanto, essa ocupação intensa deixou expressa muito mais fortemente a sua cultura e não a língua, a qual cedia lugar, no ensino das línguas vivas estrangeiras, ao francês, ao inglês e ao alemão. (FERNÁNDEZ,³ 2003, p.71)

O ensino dessas línguas foi definido ainda no governo Vargas quando o educador mineiro Francisco Campos assumiu o primeiro Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, criado pelo decreto 19.402 de 14 de novembro de 1930. Francisco Campos criou o Conselho Nacional de Educação, reformou o sistema educacional brasileiro e, no ensino de línguas estrangeiras, instituiu pela primeira vez o ensino do inglês, do francês e do alemão, o que gerou as primeiras dificuldades nessa área pela falta de professores capacitados e habilitados. Em 1940, o ensino sofre outra reforma feita pelo ministro Gustavo Capanema, que ressaltou a importância das línguas clássicas e modernas ao destinar 35 horas semanais ao ensino instrumental dos idiomas latim, francês e inglês no então atual Ensino Fundamental; francês, inglês e, pela primeira vez, espanhol, no Ensino Médio. Em vigência por mais de

vinte anos a medida esbarrou em alterações sequenciais e perdeu sua efetividade.

No ano de 1956, o então presidente Juscelino Kubitschek solicitou ao Congresso Nacional que elaborasse um projeto de lei que incluísse o Espanhol na grade curricular do ensino brasileiro. Dessa forma, em 1958, o primeiro texto foi rejeitado devido às interferências político-culturais da Inglaterra e da França, nações culturalmente hegemônicas na referida época. Assim, segundo o próprio levantamento feito pela Câmara dos Deputados em 2005, todos os quinze projetos de lei que tramitaram pelo Congresso Nacional de 1958 a 2001 foram rejeitados. Em todas essas empreitadas falidas, problemas logísticos para implantação da lei, escassez de recursos humanos e didáticos, além das pressões de lobistas americanos, italianos e franceses serviram como empecilhos para inviabilizar os projetos.

Corroborando a precária situação para se efetivar o espanhol na grade curricular, a Lei de Diretrizes e Bases, LDB, de 1961 retira a obrigatoriedade do ensino de língua estrangeira nos ensinos fundamentais e médios, deixando a cargo dos estados a opção pela sua inclusão nos currículos. Isso fez com que a opção pelo espanhol continuasse limitada aos estados sulistas e fronteiriços com os países hispanófonos. (FERNÁNDEZ,³ 2007, p.52)

Devido à descrença no ensino de línguas estrangeiras nas escolas públicas e a dominação econômica mundial dos Estados Unidos, cresceu a busca pelos cursos de inglês e, assim, confirmou-se um cenário que só começaria a mudar sensivelmente em meados da década de 1980, com a criação dos primeiros Centros de Línguas Estrangeiras Modernas ou Centros de Estudo de Línguas, por iniciativa das Secretarias de Educação de alguns estados brasileiros. Embora sem reconhecimento legal, tais centros contribuíram com a expansão de cursos de língua espanhola pelo Brasil.

Todavia, em 2003, outro texto de mesmo propósito foi apresentado aos parlamentares e mais uma vez foi declarado inconstitucional por impor, em seu artigo primeiro, a obrigatoriedade do ensino do espanhol aos alunos do ensino médio em aulas fora da jornada escolar. Assim, depois de reescrito o primeiro artigo que, definitivamente sem ofender a Lei nº 9394/96, LDB, impõe a obrigatoriedade de oferecimento do espanhol às instituições de ensino e a liberdade aos alunos de optar por esse ensino dentro da carga horária normal de aulas, em sete de julho de 2003, de autoria do Deputado Átila Lira do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, do Piauí – finalmente institui-se a língua de Cervantes como parte do currículo de oferta obrigatória. Em agosto de 2005 o presidente Lula sanciona a Lei nº 11.161 que torna obrigatório o ensino de língua Moderna Espanhola no ensino médio das escolas brasileiras. O aprendizado dessa língua no Brasil tornou-se tão necessário que segundo afirma Fernández.

A situação do espanhol no início do século XXI no Brasil é de bonança, de auge e de prestígio. Esse cenário nunca foi tão auspicioso quanto agora, pois os interesses político-econômicos são os que o movem, ao contrário do que deveria de ser: a cultura e a educação. (FERNÁNDEZ,³ 2005, p.18).

Essa afirmação é corroborada ao analisarmos as relações econômicas com os países vizinhos de língua espanhola, os tratados bi e multilaterais firmados, a liderança do Brasil no MERCOSUL e na América Latina e o pujante desejo brasileiro de se acercar ao mercado europeu, já que o Brasil se vê mais próximo a esse mercado que ao dos Estados Unidos. Para tal, como disse o então Ministro da Educação, Tarso Genro, “as relações brasileiras passam necessariamente pela Espanha” (ARIAS, 2004, p.18).

Desde a abertura do mercado brasileiro na década de 1990, pelo governo Collor, e com o Tratado de Assunção visou-se ao desenvolvimento social e econômico da região do MERCOSUL tendo em vista a globalização econômica já experienciada pela União Européia, da qual o Brasil deseja extrair os modelos para a integração monetária e idiomática, esta última desde há muito vivida pelos países sulistas. “Existe também uma tendência mundial em busca da integração econômica, onde o domínio da língua oficial dos países com os quais nos relacionamos é muito importante”. (FERNÁNDEZ³, 2005, p.21). Assim, ao analisarem-se as questões propostas, podem-se concluir quais decisões deverão ser tomadas para fomentar e sustentar um ensino de qualidade do Espanhol no Brasil, tendo como ponto de referência a formação e a capacitação pedagógica e cultural dos docentes e a mudança na concepção de igualdade entre as línguas Portuguesa e Espanhola.

A Lei de Diretrizes de Base da Educação diz que “será incluída uma língua estrangeira moderna como disciplina obrigatória, (...)” (LDB: 1996 p. 14) no currículo do ensino médio. Diante dos fatores apontados acima, acredita-se que as escolas públicas e privadas devam priorizar em seus currículos o espanhol como língua estrangeira moderna. É notório que o governo federal tenha aprovado a Lei nº 11.161/05, que torna obrigatória a oferta da língua espanhola nas escolas públicas e privadas de ensino médio. Contudo há uma carência de cinco anos para a implantação definitiva em todo o território nacional. Um espaço muito curto para resolver a falta de profissionais nesta área, além de procurar melhorar o nível dos profissionais que já estão atuando como: formação continuada e apoio em recursos pedagógicos para que o ensino desta língua não caia no descaso e desinteresse pelos nossos alunos já que é tão importante em sua formação.

2.1 A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA E O ENSINO DA LÍNGUA ESPANHOLA.

Com a LDB as línguas estrangeiras foram incluídas como disciplinas complementares, o que significava que as línguas poderiam, de acordo com os Conselhos Estaduais de Educação, constar ou não do currículo escolar. No entanto, as mudanças propostas nessa lei não previam o ensino de nenhuma língua, mas abriam a possibilidade de escolha por parte das diferentes comunidades escolares, podendo, inclusive, optar por uma língua clássica, como eram o latim e o grego, ou uma moderna, como inglês, francês e espanhol. Esse sistema perdura até 1971, quando as línguas estrangeiras passam a ser uma obrigatoriedade, com importantes mudanças no aspecto que ocupa nossa atenção: a língua a ser ensinada continua sendo de escolha da comunidade, mas a obrigatoriedade de ensino de línguas estrangeiras modernas passa a existir para o segundo grau (último estágio educacional anterior ao superior).

O Ministério de Educação e Cultura (MEC) brasileiro utilizou a precariedade do ensino de línguas estrangeiras como argumento para isentá-lo da obrigatoriedade, tornando-o complementar. Baseado no artigo 7º da lei 5.692, promulgada em 1971, o MEC recomenda que se inclua no programa de ensino das escolas uma língua estrangeira moderna quando tenha o estabelecimento condições de ministrá-la com eficiência (PICANÇO, 2003, p.46)

Em 1976, é aprovada a Resolução CFE nº 58, que tornava obrigatório o ensino de uma língua estrangeira moderna nos três anos do que então se denominava 2º grau (antes o colegial e atualmente o ensino médio) e recomendava sua inclusão também nos currículos do 1º grau. Após o golpe militar de 1964, a entrada da língua inglesa no âmbito escolar brasileiro parece encontrar lugar para o que, de fato, aconteceu: sua permanência inquestionável e seu domínio.

A partir desse momento, o MEC firmou convênios com a *United States Agency for International Development*, órgão norte-americano de ajuda internacional que atuava basicamente entre os países subdesenvolvidos, e dele passou a receber contribuições financeiras e assistência técnica para as várias reformas que se sucederam do sistema educacional brasileiro. Dessa forma, impõe-se no nosso país não apenas a língua inglesa, mas também um modelo anglo-saxão de ensino, em detrimento daquele que até então havia vigorado, com bases européias, mais especificamente francesas. (PICANÇO, 2003, p.52).

Depois disso o próximo gesto político que vamos ter é a aprovação da nova LDB – 1996; já foi citado anteriormente. É possível notar que há um grande avanço por parte da legislação brasileira, mas o ato político mais notável para o ensino do espanhol no Brasil

acontece com a aprovação da Lei de nº 11.161/2005 que traz expressa no seu 1º artigo: Lei 11.161 (2005, ART. 1º)

O ensino da língua espanhola, de oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno, será implantado, gradativamente, nos currículos plenos do ensino médio. § 1º O processo de implantação deverá estar concluído no prazo de cinco anos, a partir da implantação desta Lei.

No ensino médio, apesar de a LDB/96 prever no Título V, Capítulo II, Seção IV, Artigo 35, inciso 2º. “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando” três anos de uma carga horária reduzida é insuficiente para preparar alunos para o mercado de trabalho ou para responder às expectativas satisfatórias do exame de seleção em língua estrangeira para ingresso nas universidades, nas quais, por sua vez, será oferecido um estudo instrumental do idioma cujo objetivo é somente o afrontamento das situações cotidianas. Tendo como embasamento o artigo citado acima necessário se faz a implementação do ensino de línguas estrangeiras já no ensino fundamental para que o aluno chegue ao ensino médio já com uma base gramatical e conhecimento cultural sobre a língua em estudo mais consolidado.

Nesse sentido, pensamos que muito ainda há para ser discutido e planejado no que diz respeito ao ensino de línguas estrangeiras nos cursos superiores no Brasil Nossa reflexão, acreditamos, está apenas começando.

3. A APRENDIZAGEM DA LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA ESPANHOLA NO ENSINO MÉDIO

A lei nº 9394/96 (LDB) em seu artigo 36, III estabelece que “será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória escolhida pela comunidade escolar de caráter optativo dentro das possibilidades da instituição”. Atualmente a língua obrigatória tem sido o inglês, o Espanhol vem como optativa pela falta de professores na área, o que acarreta um ensino precário pelo tempo curto em apenas três anos e na maioria das vezes uma aula semanal pela falta de profissionais para o ensino desta língua. Entretanto, a procura pelo o espanhol na hora de prestar vestibular tem sido cada vez maior.

Desde 1998 quase todas as Universidades do país, federal, estadual publica e privadas, incluíram o conhecimento do Espanhol, que chegou a ser a língua estrangeira mais demandada. A crescente presença do Espanhol no vestibular tem crescido muito a procura pelo ensino desta língua nos cursos preparatórios para este exame. FERNANDEZ,³ (2003, p.23).

Diante disso foi compreensível e necessária a aprovação da lei nº 11.161/2005 que traz como obrigatoriedade o ensino do espanhol a partir de 2010, até mesmo pelo contexto

social, cultural e político que vivemos a solidificação do MERCOSUL, o contexto geográfico no que diz respeito aos idiomas falados na América do sul e os intercâmbios comerciais e turísticos entre os países hispânicos e o Brasil. Entretanto a lei não poderia deixar de vir com outros suplementos básicos como: uma oferta maciça de vagas para licenciaturas nessa área, acordos comerciais com editoras para aumentar a oferta de livros materiais didáticos, paradidáticos e literários da língua em questão, uma vez que as livrarias quase não oferecem esses produtos nessa área e quando têm no estoque geralmente os preços são desestimulantes ao consumo, pois esses artigos chegam ao Brasil como produtos importados e somente são encontrados em maior quantidade nos grandes centros do país.

Os materiais didáticos, para o ensino do espanhol, disponíveis hoje no mercado brasileiro consistem quase que integralmente de importações da Espanha. São métodos de ensino como dicionários e manuais, os quais além de caros são difíceis de serem encontrados. Essa situação acarreta no ensino da língua uma má receptividade, principalmente nas escolas públicas, pois os professores e alunos não têm acesso a esses produtos. Além da falta de material didático, o que contribui para um aprendizado não esperado em línguas da escola pública é a estrutura física e pedagógica, pois maior parte das instituições públicas de ensino básico não oferece parâmetros para uma boa aula, como de escuta e oralidade, por exemplo. Ainda temos que levar em conta que muitos profissionais não têm formação específica na área, isso só acarreta o grave problema da rejeição pelo aprendizado dessa língua que, podemos dizer, está apenas no início de sua implementação.

3.1 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LÍNGUA ESPANHOLA NO BRASIL

Apesar do bom momento pela procura e do crescimento da necessidade do ensino de Língua Espanhola na escola brasileira, a formação de professores nessa área é uma das grandes dívidas do governo brasileiro. Com o crescimento súbito por essa demanda e algumas ações políticas como a aprovação da Lei nº 11.161/2005, a carência de professores na área é enorme, segundo dados do MEC, o déficit chega a 13.254 professores para uma carga horária de 20 horas e 6.627 professores para 40 horas.

O estudo tem como base dados do Censo Escolar de 2003 e leva em conta que o professor de língua espanhola, no ensino médio, teria carga horária mínima semelhante à média atribuída aos professores de língua estrangeira moderna, ou seja, 20 horas ou 40 horas semanais. De acordo com o estudo, cada professor atenderia a oito turmas num regime de 20 horas semanais, ou 16 turmas no caso de 40 horas. Na região Norte, o estudo mostra a falta de

1.199 e 599 professores para 20 e 40 horas de trabalho, respectivamente; no Nordeste, 3.599 e 1.799; no Sudeste, 5.517 e 2.759; e no Centro-Oeste, 951 e 476 professores. Para Fernandez

Atualmente, a tarefa de formação de professores recai principalmente nas universidades. Existem no Brasil 26 universidades públicas e 24 privadas que oferece pós-graduação em letras ou linguísticas com possibilidades de defender tese de mestrado ou doutorado sobre temas de língua espanhola, literatura espanhola ou hispano-americana; este tipo de pós-graduação é oferecido por 6 universidades privadas. No momento somente as universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro oferecem especificamente pós-graduação de doutorado em língua espanhola e literatura espanhola e hispano-americana. (FERNÁNDEZ *, 2003, p.30)

Como se pode notar, o déficit é muito alto e a oportunidade para formação desses profissionais é muito difícil uma vez que não tem um bom número de centros acadêmicos disponíveis. Muitos professores de Espanhol que exercem a docência nas universidades brasileiras tiveram sua formação no Brasil, porém grande parte destes fizeram suas pós-graduações na Espanha. Segundo (MORA, 1999, p.27), “aproximadamente 15% dos brasileiros que viajaram a Espanha para realizar algum estudo em 1998 teve como destino algum programa para professor em espanhol como língua estrangeira”

Esses dados demonstram abonação do crescimento pela língua espanhola no Brasil, porém é possível notar a dificuldade para a formação de um grande número de profissionais para atender a demanda necessária.

Para que a lei em discussão possa ser colocada em prática, necessário se faz uma ação mais precisa do governo e entidades de ensino do nosso país com possibilidades para intercâmbio com bolsas de estudos e conseqüentemente aberturas de vagas e criações de cursos nas universidades públicas brasileiras para que possamos verdadeiramente termos resultados satisfatórios.

4. DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Para o levantamento de dados da problemática deste trabalho, o tipo de estudo usado para a coleta dos dados da pesquisa foi descritivo, pelo método indutivo experimental com uso de questionário onde os discentes responderam às perguntas por escrito. Foram feitas oito perguntas quatro de forma aberta e quatro de forma fechada.

Entre os dias 19 e 20 de janeiro de 2009 foi realizada a pesquisa de campo em um colégio estadual da rede pública de Anápolis – GO, onde foram ouvidos 112 alunos da 1ª série do Ensino Médio nos períodos matutino e noturno. Nessa pesquisa foram diagnosticadas as

causas para a problematização do desenvolvimento deste trabalho. Entre os alunos pesquisados, sobre o que opinavam em relação ao ensino de espanhol e o aproveitamento das aulas no referido colégio, 78% acham importante estudar espanhol, 8% preferiam que não tivesse o espanhol no currículo escolar e 14% não tem opinião formada. Sobre o rendimento de aprendizagem, 81% atribuem o rendimento insatisfatório pelo próprio desinteresse dos alunos, 12% dos discentes atribui à indisciplina em sala e 7% acham as aulas rotineiras.

Sobre uma possível mudança para a melhora do ensino da língua; 62% acham que está ótima e que a desmotivação vem mesmo por parte dos alunos; 21% acham que deveriam deixar de ensinar menos gramática e dar aulas diversificadas e 17% acham que o professor deveria encontrar uma maneira de fortalecer a disciplina na sala.

Diante dos dados expostos é perceptível apontar uma saída para a melhoria e rendimentos da aprendizagem através da capacitação continuada do professor, melhoria nos recursos didáticos de ensino, envolvimento da aprendizagem com usos dos recursos tecnológicos e uma maneira que faça os discentes se interagirem no contexto social do aprendizado, para que o estudo deixe de ser mecanizado e possa fazer parte do seu dia-dia.

Esta pesquisa buscou investigar o ensino de Língua Espanhola na cidade de Anápolis em um colégio da rede estadual de ensino e diagnosticar os problemas enfrentados pelo atual professor no ensino da língua em questão. O problema levantado pelo professor é que a aula não tem um aproveitamento satisfatório, em consequência disso a aprendizagem tem sido defasada e conseqüentemente o índice de reprovação é alto e indesejável. O presente estudo procurou apontar soluções a partir dos pressupostos teóricos e das práticas pedagógicas que orientam a formação de professores em línguas estrangeiras no Brasil, baseado no PCN. Parâmetros Curriculares Nacional.

É preciso, assim, que se invista na formação continuada de professores que já estão na prática da sala de aula, como também daqueles que estão em formação, de modo que possam compreender estes parâmetros para traduzi-los nas práticas de ensinar e aprender. Isso exige essencialmente o envolvimento do professor na reflexão sobre a sua prática em sala de aula.
(PCN, 1998, p.109)

Possivelmente a falta da formação continuada, e talvez possíveis falhas da formação acadêmica deste profissional tenha gerado problemas como os que foram detectados na pesquisa realizada, pois segundo o sujeito pesquisado a dificuldade em encontrar uma formação continuada é muito grande. “Os cursos superiores que formam os professores para atuarem no 2º grau não tem conseguido prepará-los suficientemente para ensinarem solidamente as disciplinas de formação geral” (ALVES; 2001 p.86). É preciso levar em conta portanto, que além de praticar uma política para suprir a falta de profissionais que o mercado necessita, necessário se faz

que reveja a formação dos nossos acadêmicos pois;

A formação de professores representa um dos muitos problemas apontados no debate sobre a escola pública no Brasil. Há quase uma década, os pensadores envolvidos com a educação vêm destacando a má formação profissional dos professores (PIMENTA, 2001, p. 109).

Ao analisarmos os dados em estudos é perceptível notar que além da questão do grande déficit de profissionais na área, os que saem formados, dos centros acadêmicos, grande parte deles não têm conseguido se tornar profissionais capacitados. O que têm gerado inúmeros problemas no ensino brasileiro de uma forma geral. Outra análise que de grande relevância é a diferença entre o está escrito nos parâmetros curricular do ensino brasileiro e prática de ensino dos nossos profissionais. Vejamos;

Enfatizar a importância da interdisciplinaridade como meio eficaz para o desenvolvimento de múltiplas competências e habilidades. Retomar a abrangência do ensino de Língua Estrangeira, tomando-a não apenas como aquisição de habilidades lingüísticas, mas como um dos recursos que convergem para o desenvolvimento global do aluno. (PCN, 1998, p.152)

Eis ai um grande recurso que possivelmente poderia tornar o ensino não só de Língua estrangeira, mas como também de outras disciplinas atraente e prazeroso para nossos discentes, porém nossos professores não sabem trabalhar a interdisciplinaridade como reza o PCN e não é culpa deles.

Todas as vezes que começo a pensar em formação de professores, minha grande preocupação durante toda a minha vida profissional, especialmente como pesquisadora, me pergunto: ‘como a Universidade ou as universidades, reconhecidas como as grandes formadoras desses profissionais, no presente, vão responder a esta grande questão se estão divididas em departamentos que se entendem como disciplinares? (NILDA, 2008 –ano 1 n°2)

Para a pesquisadora um dos grandes problemas enfrentados na formação dos professores é que as universidades estão divididas em departamentos disciplinares, não há uma interação dos cursos acadêmicos das áreas diferentes mesmo dentro de um campo. Cabe uma análise a esta questão, se a Universidade que pela a lógica é campo do saber, onde se descobre o conhecimento e ensina a pensar não se preocupa em praticar a interdisciplinaridade, evidentemente nossos profissionais não saberão colocar em prática este tipo de ensino que estão defendidos pelos PCNs, nossos atuais parâmetros de ensino.

São louváveis os atos políticos em dar ênfase ao ensino do espanhol, contudo é preciso urgente repensar na formação dos nossos professores, além do MEC é preciso que as próprias universidades repensem também seus conceitos, pois não dá para ficar esperando sempre as decisões políticas.

CONCLUSÃO

Após os estudos teóricos e análise dos dados da coleta de campo para a elaboração deste trabalho é possível diagnosticar, que a necessidade de expandir o ensino do espanhol no Brasil é fato. E a aprovação da lei 11.161/05 que traz como obrigatoriedade a oferta do ensino dessa língua em nossas escolas de ensino médio e o faculto no segundo ciclo do ensino fundamental veio contribuir positivamente. Porém, sem a implementação de políticas, que possa resolver à problemática da formação de professores e uma formação continuada para os que já atuam o ensino desse idioma no país poder-se-á criar rejeições pelos aprendizes ou torná-lo sem relevância pela falta de profissionais qualificados.

Em toda a história acompanhada relatada neste trabalho, sobre o ensino de línguas estrangeiras no Brasil podemos verificar que a falta do professor foi sempre uma problemática mal resolvida, entretanto, jamais foi sancionada uma lei com sinais tão evidentes para o ensino de idiomas estrangeiros, e nunca os sinais políticos e culturais estiveram tão favoráveis.

Além da pouca oferta na formação de professores nesta área, a formação continuada dos docentes atuantes, e fornecimento de materiais pedagógicos tornam-se de extrema importância para um bom êxito nessa empreitada. Necessário se faz a implementação de políticas públicas como distribuição de livros didáticos de espanhol para rede pública, convenio com editoras para que os livros didáticos, paradidáticos e literários se tornem mais acessíveis tanto nas disponibilidades como nos preços, como fora citado, esses artigos chegam ao Brasil como produtos importados. É preciso que tenha uma notória divulgação e acessibilidade para formação extra e continuada, mídia, como cinema e internet, eventos, como feiras, congressos e encontros que promovam o interesse pelo o aprendizado desse idioma, além de melhoria para melhor acessibilidade para a formação de profissionais em nossas instituições de ensino, pois como podemos verificar muitos interessados precisam sair do Brasil para melhorar sua formação.

O nosso profissional precisa estar amparado intelectualmente, pronto para vencer os estereótipos que existem em torno do aprendizado desse idioma. Preparado para fazer suas aulas atrativas e interessantes envolvendo os conhecimentos culturais e os recursos tecnológicos que é tão importante no aprendizado de qualquer disciplina.

Fala-se sobre a conscientização esperada desde a pré-escola e não somente no ensino médio e universidades, trajeto final da formação do senso crítico pessoal e porta de

entrada do mercado de trabalho. Além da formação de professores e uma formação continuada aos que já são atuantes, necessário se faz a implementação de políticas públicas como distribuição de livros didáticos de espanhol para rede pública, convenio com editoras para que os livros didáticos, paradidáticos e literários se tornem mais acessíveis tanto nas disponibilidades como nos preços. Somente com esses requisitos e outros possíveis, que teremos condições de oferecer um ensino de qualidade e conseqüentemente uma maior proximidade e convivência através da língua e a rica cultura dos nossos irmãos latinos.

Referências Bibliográficas

ALVES, Nilda. Currículo, Docência e Escola. **Revista Eletrônica Espaço do Currículo**, João Pessoa-PB, ano 1, n. 2, nov. 2008. Disponível em: <http://www.aepppc.org.br/revista/>. Acesso em: 29 de janeiro de 2009

_____ **Formação de Professores: pensar e fazer**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ARIAS, Juan. Escolas do Brasil vão oferecer curso de espanhol. *El País*, Madrid, Espanha. Disponível em <<http://www.elpais.es>>. Acesso em 17 jan. 2009.

BRASIL. Dispõe das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96, de 20 dez. 1996. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 10 jan. 2009.

BRASIL. Dispõe sobre o Ensino do Espanhol na Educação Fundamental e Média. Lei n. 11.161, de 05 ago. 2005. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 17 jan. 2009.

CÂMARA OFICIAL ESPANHOLA DE COMÉRCIO NO BRASIL. Disponível em <<http://www.camaraespanhola.org.br>>. Acesso em 14 jan. 2009.

COSTA, Alexandre. Câmara aprova projeto que obriga o ensino do espanhol nas escolas. *Portal MEC*. 08 jul. 2005. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 17 jan. 2009.

CELADA, Maria Tereza. (1999). Um equívoco histórico. In: INDURSKY, F. e LEANDRO FERREIRA, M. C. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. El Español en Brasil. In: SEDYCIAS, João (Org.). **O Ensino do Espanhol no Brasil: passado, presente, futuro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 14-34.

FRANCISCO, filho Geraldo. **A Educação Brasileira no Contexto Histórico**. São Paulo: Ed. Alínea, 2005

LUIZ, Gonçalves & PIMENTA, Selma Garrido, **Reverendo o ensino de 2 grau**. São Paulo; Cortez, 2001

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais – Ensino Médio** – Brasília: Ministério da Educação, 1999.

PICANÇO, D.C de L., 2003. **História, memória e ensino de espanhol (1942-1990)**. Curitiba, Ed. da UFPR

APÊNDICES:

Questionário da pesquisa de campo

Pesquisador: Qual avaliação você dá para as aulas de espanhol entre:

Ruim (), boa (), ótima()?

Respostas dos alunos; dos 112 discentes que foram entrevistados 86% acharam boas e 14% acharam ótimas.

Pesquisador: Sobre o ensino desta língua você:

() acha importante para sua formação;

() prefere não ter no currículo escolar;

() não tem opinião formada.

() tem outra opinião a respeito.

Respostas dos alunos; 78% acham importante estudar, 8% prefere que não tenha no currículo e 14% não tem opinião formada.

Pesquisador: De um modo geral a assimilação do conteúdo não tem sido satisfatório, ao que você atribui?

Respostas dos alunos; 81% dos entrevistados atribuem ao desinteresse dos alunos. 12% atribuem à indisciplina em sala por culpa do professor e 7% acham que as aulas são rotineiras.

Pesquisador: O que você gostaria que mudasse ou acrescentasse para que as aulas se tornassem melhores?

Respostas dos alunos; 62% acham que estão ótimas 21% acham que deveria diminuir a gramática e criar outro tipo de atividade mais interessante. 8% acham que deveria usar filmes e trabalhos em grupo para praticar a língua, 3% acham que deveria aumentar as aulas com música e 6% acham que o professor deveria encontrar uma maneira de por ordem na sala.

Pesquisador: Você pretende ou gostaria de buscar um curso de espanhol fora da escola?

Respostas dos alunos; 62% sim, assim que poder irão fazer isso, 9% futuramente depois que tiver uma profissão ou ter o Inglês primeiramente e 29% não pretendem ou não interessa.